

editorial
editorial
entrevista
interview
ágora
agora
tapete
carpet
projeto
project

expediente
credits
próxima v!rus
next v!rus

V!23
REVISTA V!RUS
V!RUS JOURNAL

issn 2175-974x
dezembro . december 2021



ÁGORA
AGORA

DESIGN ECOSISTÊMICO: UMA ABORDAGEM PARA DESCOLONIZAR SUBJETIVIDADES
ECOSYSTEMIC DESIGN: AN APPROACH TO DECOLONIZE SUBJECTIVITIES
CORAL MICHELIN, CAIO ADORNO VASSÃO, PRISCILA ARANTES

PT | EN | PDF

Coral Michelin Basso é graduada em Gestão Ambiental e Mestre em Design. É professora no Instituto Europeo di Design - São Paulo e pesquisadora doutoral no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Anhembi-Morumbi. Estuda o Pensamento Sistêmico e Complexidade, Design e futuros regenerativos, Ecologia e ecossistemas, Design Ecosistêmico, Descolonização e Feminismo Decolonial. coralbasso@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9759090200602830>

Caio Adorno Vassão é arquiteto e urbanista, Doutor em Design e Arquitetura, professor no Instituto Europeo di Design - São Paulo e pesquisador associado ao grupo Representações Imaginário e Tecnologia (RITe), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase nos seguintes temas: Teoria do Projeto, Metadesign, Complexidade, Ecologia Ecosistêmica, Urbanismo, Cidades Inteligentes, Cidade Distribuída, Processos Colaborativos, Teoria da Arte, Epistemologia. caioav@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5857678399360729>

Priscila Almeida Cunha Arantes é filósofa, Doutora em Comunicação e Semiótica e Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Anhembi Morumbi. Coordena e leciona o curso Arte: História, Crítica e Curadoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e desenvolve pesquisa em colaboração com o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo. É autora de diversos livros sobre arte e técnica. priscila.a.c.arantes@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9220155250600700>

Como citar esse texto: MICHELIN, C.; VASSÃO, C. A.; ARANTES, P. A. C. Design Ecosistêmico: uma abordagem para descolonizar subjetividades. **V!RUS** n. 23, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2021

Resumo

A partir do entendimento daquilo que nos constitui como sujeitos — a subjetividade —, o ensaio crítico apresenta um breve panorama da subjetividade euro-antropocêntrica, dada como uma origem da crise planetária vivida

atualmente. Contrapõe ao pensamento hegemônico colonizador características das subjetividades indo-americanas, como forma de estimular processos de descolonização da nossa dupla consciência colonizada-colonizadora. Esse feito, de cunho teórico, usou como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica em campos transversais ao design. Nosso objetivo está em explorar referências do Sul, sobretudo dos povos originários do Brasil, de modo a: 1) propor uma subjetividade renovada a partir da descolonização; para então 2) contribuir na formulação de uma prática projetual decolonial. O estudo é usado na elaboração do Design Ecológico, abordagem teórico-prática para projetos regenerativos, sistêmicos e voltados para a criação de futuros plurais. Ao fim, são apresentados dois caminhos formulados para um design decolonial, o da regeneração e o dos futuros plurais.

Palavras-chave Design Ecológico, Subjetividade, Descolonização

1 Introdução

Desde 2019 e dentro do âmbito do Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Anhembi-Morumbi, está sendo formulada uma abordagem teórico-prática para o campo do Design. Chamada de Design Ecológico (D'Eco), a proposta visa apresentar e articular um corpo teórico de base epistemológica complexa, transdisciplinar e anticolonial, com a finalidade de estimular práticas projetuais regenerativas e sistêmicas. A novidade nisto está menos naquilo que inaugura de verdadeiramente inédito e mais na transversalidade das costuras que propõe fazer a fim de efetivamente provocar um design decolonial.

Assim como Guattari (2012a) buscou interconectar três ecologias — da mente, do *socius* e do meio ambiente — para explicar sua Ecosofia, também o Design Ecológico se baseia na lógica tríplice. A abordagem em formulação estimula a articulação de três dimensões interdependentes de existência para qualquer ação projetual: a subjetiva ou pessoal; a coletiva ou social; e a ecológica ou ambiental (Figura 1). Segundo essa formulação, qualquer projeto que se pretenda “ecológico” — um projeto do âmbito do D'Eco — deve necessariamente engendrar as três esferas. A partir de confluências e sinergias com autores de matriz eurocêntrica, o D'Eco segue seu próprio percurso, buscando raízes em territórios do Sul global.



Fig. 1: As três Dimensões Ecosistêmicas. Fonte: Michelin (2021).

A primeira transversal proposta pelo D'Eco para fundamentar sua dimensão tríplice tem origem na filosofia oriental. O Budismo Vajrayana explica que existem três níveis de geração de carma: o pensamento, a fala e o gesto. Cada ação iniciada em um desses níveis gera uma reação, e isto é carma: nada além de ação e reação, sempre encadeadas, porém nunca previsíveis, uma vez que a realidade é uma miríade de conexões complexamente interdependentes. Nessa perspectiva, vamos da ação mais abstrata — o pensamento — para a mais concreta — o gesto —, sempre partindo de um ser senciente. O encadeamento de eventos que forma a realidade, destarte, costuma partir de sujeitos. A primeira dimensão ecossistêmica é a subjetiva, na qual se manifestam o pensamento, a intenção e o gesto primeiro do sujeito. Esse gesto, chamado primeiro por desencadear eventos, tanto conecta quanto restringe o sujeito a uma coletividade (segunda dimensão ecossistêmica): sua ação reverbera na interconexão e está circunscrita a um contexto social. A ação individual ecoa na dimensão social. Nela, estão os grupos de trabalho, as instituições sociais, as narrativas e os discurso. As dimensões subjetiva e coletiva, de acordo com o D'Eco, estarão territorializadas na ambiental, *locus* da terra, da matéria, dos seres além-humanos que negociam conosco a existência. Vemos, assim, que as três dimensões do Design Ecosistêmico, como na filosofia budista, também se apresentam segundo uma trajetória que vai de um nível mais abstrato até um mais concreto: do pensamento à matéria da existência terrena.

O propósito deste ensaio é duplo: primeiramente, está em fazer uma breve discussão sobre a primeira dimensão ecossistêmica, para então propor uma subjetividade renovada a partir da descolonização do pensamento euro-antropocêntrico. Subjetividades alternativas são necessárias neste momento em que passamos por uma transição planetária sem precedentes, a qual atingimos estando alimentados pelos

agenciamentos colonizadores. Sujeitos renovados precisam conceber novas realidades e novos futuros se quisermos dar continuidade à vida em Gaia¹. Destarte, o segundo objetivo está em propor caminhos decoloniais para a prática projetual. Para dar conta desse objetivo, a metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica, com revisão sistemática da literatura levantada em periódicos e livros nacionais e internacionais, cujos temas pertencem ao âmbito da pesquisa. O ensaio se beneficia do percurso investigativo mais abrangente empreendido no doutorado mencionado, caracterizado por ser uma pesquisa qualitativa de cunho teórico. Alguns temas que pertencem a essa investigação são, entre outros: descolonização, decolonialidade, design decolonial, design regenerativo, pensamento complexo, pensamento ameríndio, antropocentrismo e antropoceno. Servem para a formulação do quadro de referências as próprias bibliografias dos livros e artigos lidos, que sinalizam o que o campo decolonial tem estudado e usado como aporte. Sendo uma decorrência da pesquisa em curso, este ensaio também se baseia na análise desse quadro de referências teóricas, de modo a extrair as costuras e pontes propostas e que buscam atender os objetivos citados. Para o texto aqui apresentado, a revisão bibliográfica se deu majoritariamente em campos além do design, uma vez que o tema “design decolonial” é recente e encontra poucas referências embasadas nas epistemologias originárias do Brasil pré-colonial. Também dessa forma esperamos chegar a formulações mais autênticas e quicá ainda não exploradas. Por exemplo, a perspectiva ameríndia dos escritores indígenas trouxe valiosas contribuições para que fossem sugeridas, ao final do texto, possibilidades para o design que se dispuser regenerativo.

2 Sujeitos e subjetividades

Podemos entender um sujeito como aquele que expressa, em pensamento e gesto, a sua subjetividade, única e pessoal. Sujeito é aquele que age a partir dos princípios, valores, regras de conduta e das milhares de influências que carrega dentro de si. Movimenta-se em ação política, no sentido de estar em negociação com um complexo tecido social que entrecruza bilhões de outros seres. Sob um aspecto mais primordial, sujeito é qualidade de todo ser que “computa/atua de modo egoautocêntrico e autoegorreferente” (MORIN, 2015, p. 185). O primeiro ato de circunscrição do sujeito é o imunológico: o que diferencia o organismo, o “si”, do “outro”, para defender sua integridade perante o que não é “si”. Esse ato de distinção ontológica separa a existência em duas esferas, segundo Morin (2015, p. 181): “[...] uma central, da autoafirmação de si como Unidade, Totalidade, Finalidade; outra potencialmente negativa, [...] exterior e periférica, do incerto, do perigo, do ‘ruído’”. Essa origem tão basal de diferenciação e contraposição si/não-si é a raiz profunda da dicotomia que, até hoje, faz nosso pensamento ser turvo e disjuntivo, torna-nos egoístas em construção e funcionamento.

A partir dessa base, o sujeito se complexifica e adquire características psicológicas, humanísticas, computantes, entre outras, tornando o conceito ao mesmo tempo lógico, organizacional, ontológico e existencial (MORIN, 2015). De acordo com Deleuze (2012, p. 99), “O sujeito se define por e como um movimento, movimento de desenvolver-se a si mesmo”. Sendo a subjetividade uma transcendência, uma mediação. Tal movimento se dá na relação dialógica entre desenvolver-se a si mesmo e devir outro; na relação de distinção si/eu ↔ não-si/outro², de Morin. O sujeito, organismo computante que apreende o mundo ao seu redor com movimentos dialógicos entre ser e distinguir-se, age de acordo com a interpretação que faz dessa vivência. É, portanto, um ser de artifícios, um ser criativo (DELEUZE, 2012). Ao movimentar-se entre a afirmação de si — sua autoegorreferenciação — e seus possíveis devires, o sujeito inventa a si e ao mundo ao seu redor. O sujeito, ao existir, concebe as condições da própria existência e a modifica conforme o que vê, absorve, computa, presume ou compreende: para distinguir-se, cria a distinção. E o que apreende do mundo esse sujeito nesse fluxo empírico de experiências e distinções? Do que está feita sua subjetividade?

Traçamos outra transversal Norte-Sul, aproximando a resposta de Nicolelis (2020), para quem o cérebro é *O verdadeiro criador de tudo*. Nessa obra, o autor explica como, por meio de suas funções neurais, o cérebro absorve, interpreta e armazena informações em uma Cosmologia Cerebrocêntrica que organiza e cria todo o universo conhecido. Nicolelis (2020) organiza essa Cosmologia em sete níveis de construções mentais, das menos às mais abstratas; das memórias ao culto às máquinas, por exemplo, passando por mitos, ideologias e religiões, entre outras abstrações que criamos e usamos para dar sentido ao universo ao nosso redor (NICOLELIS, 2020). Nossa subjetividade, vista sob esse ângulo, é uma colcha de retalhos de criações cerebrais altamente complexas, desenvolvidas ao longo de toda história humana. Tal mosaico, ademais, também está suscetível à concorrência de agenciadores: componentes que competem para a produção de subjetividades, como os elementos fabricados pelas indústrias de comunicação e mídia e aqueles que se manifestam através da educação e da família, exemplifica Guattari (2012b) ao explicar a heterogênese da subjetividade à luz da psicanálise.

À essas perspectivas, podemos acrescentar aquela do pensamento selvagem, isto é, dos povos que foram vistos como “primitivos” pelos colonizadores, que vê subjetividade em toda forma de vida, não apenas nos humanos (TARNAS, 2007). Por tudo isso, entendemos que sujeitos são um *continuum* de movimentos dialógicos que se dão ao longo de períodos temporais que extrapolam a dimensão de uma vida individual e do

Homo. Para além do que herdamos desse contínuo espaço-tempo, em termos de crenças, culturas, mitos, valores e etc., também somos aquilo que emerge de todos os componentes em disputa para a construção das subjetividades. Um dos principais agenciadores da subjetividade moderna — que resiste presentemente — é o processo colonial. Acreditamos ser essa subjetividade moderna e euro-antropocêntrica, uma das principais origens do colapso climático em curso. Vemos como urgente sua desconstrução. Destarte, apresentamos a seguir um panorama dessa construção mental para então propor o resgate das subjetividades indo-americanas como forma de descolonizar-nos rumo a Pluriversos (ESCOBAR, 2018).

3 Visões de mundo criam mundos

As ossadas mais antigas encontradas em Abya Yala³ datam de aproximadamente 12.000 anos atrás (LOPES, 2017). Quando Américos, Colombos e Cabrais aqui desembarcaram, 10.500 anos depois, havia história, sobretudo de cultura oral, de centenas de civilizações, entre pequenos povos tribais e grandes impérios — tão complexos e avançados quanto os impérios orientais da Pérsia e da Babilônia, por exemplo. Mesmo assim, até hoje, a História que nos é ensinada e que conhecemos como nossa é a daqueles que aqui desembarcaram com o fim de conquistar e usurpar em nome de um projeto civilizatório que se pretendia superior ao resto do mundo. Esse projeto foi, e continua sendo, o maior agenciador das subjetividades do planeta: o agenciamento colonizador. Para entendê-lo, precisamos remontar às suas origens.

Como pontua Tarnas (2007, p. 16, tradução nossa), na frase que usamos como título deste capítulo e como enfatiza Haraway (2016, p. 35, tradução nossa), “Importa que pensamentos pensam pensamentos. Importa que conhecimentos conhecem conhecimentos”. Importa saber de onde vem aquilo que constitui nossa subjetividade. É no território que deu origem ao que hoje é a Europa que as primeiras construções mentais antropocêntricas podem ser identificadas. O mediterrâneo, desde a saída dos primeiros hominídeos da África, foi palco de fluxos migratórios, de assentamentos, de rotas comerciais e de encontros entre os incontáveis povos que na região foram evoluindo e dialogando. Tal intensidade de relações serviu para dar vida a grandes abstrações da Cosmologia Cerebrocêntrica: desde a noção de tempo e espaço como conhecemos hoje, até os sólidos mitos religiosos que determinam nosso *modus vivendi* contemporâneo. Identificamos as primeiras raízes de nosso pensamento euro-antropocêntrico na Antiguidade greco-romana, período em que os atomistas gregos “[...] estabeleceram uma linha demarcatória bastante nítida entre espírito e matéria, retratando esta última como sendo formada de inúmeros blocos básicos de construção” (CAPRA, 2013, p. 34). Além da distinção ontológica feita por Morin, essa pode ser uma das origens culturais da subjetividade dualística que nos caracteriza. É também nessa época que surgem as primeiras histórias de protagonismo humano (NICOLELIS, 2020), como n’A *Odisséia de Homero*; o princípio da narrativa antropocêntrica cujo ápice pode ser visto na jornada do herói moderno mencionada por Tarnas (2007).

Após a queda do Império Romano, a parte ocidental da região entrou em declínio econômico e intelectual, sendo dominada por uma abstração mental que projetou “[...] tanto uma visão de mundo quanto uma cosmologia diametralmente oposta à dos gregos” (NICOLELIS, 2020, p. 231). Os fenômenos da vida não eram mais explicados por meio da razão e da observação, mas pelo mito e pela crença. A Idade Média viu o crescimento da Igreja Católica, de tal forma influente que muitas de suas abstrações organizam nossa vida até hoje. Goody (2015, p. 26) esclarece que “Categorias espaciais e temporais, originadas de narrativas religiosas, são de tal forma fundamentais e disseminadas como determinantes para nossa interação com o mundo, que nós tendemos a esquecer sua natureza convencional”. São exemplos dessas categorias o calendário que usamos, a semana de sete dias, as horas “úteis” do dia (fruto das horas canônicas decretadas pelo Papa no século VII) e os feriados católicos anuais (NICOLELIS, 2020). Organizadores do nosso *modus operandi* há mais de mil anos. Enquanto o Ocidente vivia uma estagnação científica e o domínio teológico, o Oriente via o florescimento do seu pensamento criativo, sendo palco para avanços na matemática, na medicina e na astrologia, entre outros campos (GOODY, 2015). Inclusive, muito do renascimento ocidental deve ao desenvolvimento oriental, argumenta Goody (2015).

O Renascimento, período histórico posterior, é visto por muitos como um contraponto ao suposto obscurantismo da Idade Média. A transformação do pensamento foi impulsionada pela Revolução Científica, que impôs uma visão mecanicista, humanista, racionalista e antropocêntrica do mundo, que gradativamente substituiu o geocentrismo e o teologismo então dominantes (CAPRA; LUISI, 2014). Nessa concepção, a humanidade é tipicamente personificada como um homem, “[...] um herói masculino que se levanta acima das restrições da natureza e da tradição, explorando o cosmos, dominando seu ambiente e determinando seu próprio destino” (TARNAS, 2007, p. 12, tradução nossa). O período é tido como o berço da Ciência, desenvolvida através do pensamento de homens que são, até hoje, referência em nossas universidades. Tal evolução, encarada como uma jornada do obscurantismo ao progresso (TARNAS, 2007), se deu em uma sequência de pensadores.

Esse percurso começa com Copérnico que, ao deslocar a Terra e colocar o Sol no centro do Universo, termina com o domínio teológico nas explicações científicas (CAPRA; LUISI, 2014; NICOLELIS, 2020; TARNAS, 2007). Essa talvez tenha sido a revolução mais importante do período, uma vez que sedimentou a centralidade de toda criação no Homem racional: o Sol, a Luz, a Razão, não mais o mito da criação divina, no centro do Universo. Tarnas (2007) aponta que não à toa o nascimento do cosmos moderno e do sujeito (self) moderno têm origem no mesmo momento histórico. O próximo pensador de interesse aqui é Bacon, cujas ideias despiram a Terra de seu caráter vivo de mãe nutridora para adquirir as feições mecanicistas que justificariam a sua exploração em nome do capital (SHIVA, 2016; CAPRA, 2013). Diz Shiva (2016, p. 17, tradução nossa) que, em seu método “[...] existia uma dicotomização entre os princípios feminino e masculino, mente e matéria, objetivo e subjetivo, racional e emocional” de tal forma que o “masculino e científico” dominam “a natureza, a mulher e o não-ocidente”. Já Descartes foi o sujeito responsável por dicotomizar de vez nosso pensamento, dando absoluta primazia pela razão em detrimento do espírito e da emoção. Apenas a razão lógica poderia explicar os fenômenos e o funcionamento do cosmos, visto como uma máquina. (CAPRA; LUISI, 2014). Por mais de três séculos, o reducionismo de Descartes foi o único método científico aceito no mundo ocidental, tornando-se um agente de dominação política e econômica, dicotomizando a relação Homem/Natureza (SHIVA, 2016).

Com esse panorama, vemos que a Ciência, globalmente aceita como um sistema de conhecimento objetivo, não é senão subjetiva: ela é um projeto criado em um território específico, dentro de um contexto patriarcal, colonizador, embranquecido e patrocinado por instituições de dominação (SHIVA, 2016). Foi justamente esse o pensamento a desembarcar em Abya Yala, a partir de 1.500 A.C.

4 Uma outra subjetividade

Os colonizadores, quando aqui desembarcaram, enxergaram os povos de Abya Yala como primitivos a serem conquistados pela consciência superior. Entendemos que tal condição de primitividade foi imposta, ao longo da trajetória humana, aos mais diversos povos de Gaia, frequentemente como forma de justificar guerras e saques, além de forjar distinções étnicas e míticas. O movimento hegemônico de conquista e massificação é uma constante ao longo da migração e da evolução humana na Terra. O chamado para essa abstração civilizatória “[...] sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito se estar aqui na Terra”, uma maneira embasada em concepções de verdades “[...] que guiou as escolhas feitas em diferentes períodos da história” (KRENAK, 2019, p. 11). Nosso recorte, contudo, diz respeito à hegemonização levada a cabo pelas grandes navegações que deram início ao processo de colonização das terras do Sul Global. Uma vez que o D’Eco ocupa-se, na sua terceira dimensão ecossistêmica, do próprio território, do seu *locus* de articulação projetual, nosso interesse, já que estamos no Brasil, é o conflito resultante do encontro entre a subjetividade colonizadora e as subjetividades indo-americanas de Abya Yala e, mais especificamente, dos povos originários de Pindorama⁴. Isto sempre a partir da compreensão de que subjetividades são muitas, são plurais, como são as formas da existência, como é próprio da metamorfose de Coccia (2020) e como ocorre nos tentáculos de infinitas conexões da “humanidade” de Haraway (2016).

Poderíamos questionar a primitividade com a qual nos estigmatizaram remontando alguns desenvolvimentos científicos das civilizações que aqui habitavam, como o sistema contábil dos povos andinos, desenvolvido antes do século XI (LOPES, 2017). Ou apontar para a diversidade das centenas de povos que, ao longo de todo caminho de Peabiru — estrada de 3.000 quilômetros que ligava o litoral paulista às montanhas andinas —, trocavam ritos, costumes, práticas e produtos (JECUPÉ, 2016). Haveria muito para embasar a defesa de que os povos que aqui viviam não tinham nada de *anima nullius* — receptáculo vazio —, conceito com o qual o Papa Paulo III justificou a violenta invasão, saque e ocupação dos territórios indígenas pelos conquistadores europeus (SANTOS; MENEZES, 2010). Os sujeitos originários de Pindorama nada tinham de vazios. Eram preenchidos da mesma subjetividade que enxergam em toda forma de vida, pois, para a mente dita primitiva, o mundo natural é permeado de significado cósmico e humano; o mundo, e tudo nele, é *anima mundi* (TARNAS, 2007).

Na mitologia tupi, Tupã é um desdobramento do Absoluto Incomensurável, *Poromonham*, algo que podemos aproximar da noção budista da Natureza da Mente (ou a Mente Iluminada de Buda), traçando um paralelo entre filosofias milenares do Sul Global. A partir de Tupã, vibra *Nhamandú*, o Inominável, aquele que cria mundos cantando. Seus cantos expressam dez princípios norteadores para a humanidade. Um deles fala sobre os ciclos de renovação que regem a existência como um todo: dos pequenos ciclos diários do dia e da noite aos grandes movimentos celestes que influenciam desde estações até grandes revoluções (JECUPÉ, 2016; TARNAS, 2007). É uma visão contrária ao pensamento linear e dual euro-antropocêntrico que prega o desenvolvimento infinito, e contrária à arbitrariedade das mensurações temporais católico-medievais. A sabedoria guarani também diz que cada sujeito tem seu modo único de manifestar sua existência, mas, em essência, as mesmas forças e energias sustentam a todos, o que reforça outro preceito, aquele que “canta”

que somos “[...] verdadeiramente uma só grande Vida, desdobrada em muitos indivíduos, assim como os raios de um único sol” (JECUPÉ, 2016, p. 59), “[...] um mesmo corpo, uma mesma vida e um mesmo eu que continua passando de forma em forma, de sujeito em sujeito, de existência em existência” (COCCIA, 2020, p. 27). Coccia (2020) chama esse fluxo contínuo de metamorfose, o que significa dar a todas formas de vida o mesmo valor, a mesma importância: “[...] a metamorfose é o princípio da equivalência entre todas as naturezas e o processo que produz essa equivalência” (COCCIA, 2020, p. 19), contrapondo-o à ideia de progresso e evolução antropocêntrica. Fica assim evidente a natureza não-dualística e não-antropocêntrica das subjetividades indo-americanas.

Outra diferença radical entre o pensamento euro-antropocêntrico e ameríndio refere-se à relação Sujeito-Natureza. A primeira distinção, já mencionada, mostra que o “primitivo” vê como sujeito toda forma de vida, não apenas humana. Contudo, tal relação dialógica e não-dicotômica se traduz em um *modus vivendi* quase que diametralmente oposto daquele imposto pelo colonizador. Krenak (2019, p. 17) não percebe onde existe “alguma coisa que não seja natureza” — “tudo é natureza”, ele diz. Segundo o autor, o projeto levado a cabo pela colonização é de exaustão da natureza, de sua utilização como recurso e não como parente e fonte de vida. Para muitos povos descendentes das subjetividades ancestrais, ele pontua, a Terra é vista como esse organismo vivo, como “nossa mãe e provedora” em uma perspectiva que vai da necessidade básica à transcendência e “que dá sentido à nossa existência” (KRENAK, 2019, p. 43). Kambeba (2020, p. 25) destaca que: “No contexto da educação indígena, seguir as pegadas dos animais, andar na mata sem estalar as folhas, conhecer as armadilhas na natureza, suas ervas medicinais, [...] são formas de manter uma relação de dependência com a natureza”; como manter um diálogo de igual para igual, de vida para vida. O pensamento ameríndio vê a metamorfose do corpo de Gaia em toda existência terrena: toda vida tem o mesmo valor. Conforme explica Mundukuru (2012, p. 47): “Para nossa gente, a realidade é una, indivisível, e não regida por um desejo individualista ou preocupada com os anseios pessoais”. A relação Sujeito-Natureza não é, portanto, de dominação, e sim de interdependência plural e não-dicotômica. É a mesma conexão que permeia as três dimensões ecossistêmicas do D’Eco. Para a perspectiva ecossistêmica do D’Eco, o pensamento primitivo é um pensamento sistêmico. Assim o sendo, o sujeito ecossistêmico encontra eco no sujeito ancestral.

Enquanto na Europa renascentista a única origem válida do conhecimento vinha da razão, os povos originários praticavam outras formas de acessar o saber que sabiam estar presentes em todos os seres. Desde a introspecção dos pajés em retiro de silêncio até o uso de técnicas xamânicas, passando pela observação cuidadosa do ambiente ao redor, tais modos de acessar e produzir conhecimento geraram explicações de oralidade e visualidade fantásticas — e tão prontas para explicar o funcionamento do mundo quanto aquelas representadas pelas fórmulas matemáticas dos homens da Ciência. Narby (2018, p. 121), em seu livro que aborda a sabedoria xamânica amazônica, explica que “Os mitos dessas culturas estão plenos de imagética biológica e as explicações metafóricas dos xamãs correspondem bem precisamente às descrições que a ciência ocidental começa a dar”. A serpente que dá nome à publicação é, como apontam seus estudos, a fita do nosso DNA; é a linguagem da vida presente em todo organismo vivo, acessível a quem quiser escutá-la, pelos meios que lhe forem convenientes. O acesso xamânico é, segundo os argumentos de Narby e em vista da correspondência das explicações que produz sobre a existência, tão válido quanto aquele possibilitado pelos métodos racionais do colonizador.

5 A dupla subjetividade e a necessidade da descolonização do Design

A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais (KRENAK, 2019, p. 31).

O violento desembarque da subjetividade colonizadora em Abya Yala provocou o aparecimento de uma dupla consciência nos povos que, aqui e a partir de então, negociaram suas existências, segundo Gonçalves (2019). Diz o autor que o que nos une, enquanto descendentes desse embate, é “[...] essa dupla consciência: a colonialidade de um lado e a descolonização do outro. É no confronto entre a condição de expropriação colonial e seu oposto, a subversão descolonial, que podemos reinventar nossa heterogênea unidade” (GONÇALVES, 2019, p. 39). Em nosso entendimento, é justamente — e este é o motivo principal deste ensaio — a partir da identificação de nossas raízes coloniais que começa o processo de desconstrução das mesmas, o processo de descolonização da nossa subjetividade. Narby (2018, p. 144) confirma que “[...] vemos aquilo em que acreditamos, mas não o seu contrário. Para mudar o que vemos, às vezes é preciso alterar nossas crenças”. Precisamos imaginar a vida para qual nos metamorfosear.

O convite de lançar luz a nossas próprias abstrações mentais, nossas crenças, nossos mitos e tudo que compõe a Cosmologia de nossas mentes deveria ser destinado sobretudo àqueles que desconhecem a condição da sua dupla consciência. Não necessitamos fazê-lo aos povos que, há mais de quinhentos anos, reivindicam seu direito à existência conforme suas visões plurais de mundo. Nutrimos a esperança de colaborar para este chamado com o texto aqui apresentado. Cabe agora, apontarmos dois caminhos possíveis

que enxergamos para práticas projetuais dentro do âmbito do Design Ecológico, visando à descolonização das subjetividades. O primeiro versa sobre a regeneração, cuja ideia extrapola a dimensão da sustentabilidade, tão difundida atualmente no mundo que clama pelo tal “desenvolvimento sustentável”. Regenerar, em sua etimologia latina, que remonta ao Século XVI, significa “reproduzir”, “revivificar” (CUNHA, 2010). Contudo, cabe aqui propor uma acepção talvez mais complexa para essa palavra, de modo que possamos aproximá-la de subjetividades decoloniais. Propomos a regeneração como uma relação com um tempo que não aquele do calendário gregoriano — abstração mental para domínio das mentes, segundo Nicoletti (2020). Como a capacidade de observar os ciclos naturais para buscar respostas para as decisões a tomar. Regenerar, segundo Wahl (2019), é saber fazer as perguntas certas: como influenciam as fases da lua nas criaturas de Gaia? Como alinhar as decisões de projeto com os ciclos naturais? Como aproximar a lógica projetual daquela da Natureza, vista novamente como provedora, como a teia da vida de Capra?

Um modo de “revivificar” outro tempo é por meio de rituais. As culturas primitivas e os povos originários ainda remanescentes estão cheios deles. O ritual da dança e dos cantos sagrados (JECUPÉ, 2016); o de suspender o céu, alargando as nossas subjetividades para além daquela que nos querem impor (KRENAK, 2019); ou os rituais xamânicos que fazem uso do conhecimento presente em animais e plantas para acessar informações de outras dimensões da existência (NARBY, 2018). Quais cerimônias podem compor uma prática projetual ecológica? Como pode um rito intencional propósito a um projeto que se queira regenerativo? Como podemos nos conectar a outra frequência temporal, usando o ritual como ferramenta? Por fim, regenerar é um processo que permeia as três dimensões ecológicas, concomitantemente: o sujeito nesse decurso regenerativo, como em toda complexa interdependência, está sempre em relação dialógica com o coletivo social e o ecossistema ambiental, recursivamente criando, transformando e metamorfoseando a existência que vai se desdobrando nesse caminhar. Destarte, regenerar é uma mirada interna-externa do ser; é perceber-se, ao mesmo tempo, único e plural, divino e terreno, um e todos.

O segundo caminho diz respeito aos Pluriversos e futuros plurais, que em muito está relacionado com o primeiro, como dificilmente deixaria de sê-lo. Por muitos anos, o projeto da civilização moderna esteve calcado em uma visão de futuro povoada por máquinas e pela ilusão do progresso e crescimento infinitos. Tal cenário foi espalhado por todo o mundo, a partir das invasões coloniais e ganhou força com a globalização, que é, para Santos (2015), o auge do curso de internacionalização do mundo, por força do capitalismo. Durante centenas de anos, temos vivido de modo a criar futuros dedicados às monoculturas; ao acúmulo de posses materiais; ao dinheiro; à descartabilidade da natureza, vista apenas como recurso; à negação veemente de outras formas de ver, apreender e viver a vida. Estivemos negando outras visões de futuro. O caminho, dessa forma, é não apenas deixarmos de negar a pluralidade de visões que (ainda) existem e propõem formas alternativas de sermos, de nos movimentarmos dialogicamente, como é também a via da imaginação e do sonho. Para os Yanomamis, etnia amazônica cujo líder espiritual e político atual é Davi Kopenawa Yanomami, não há distinção entre a realidade do sonho e da vigília. Tudo é realidade e vida. O sonho é tão real quanto aquilo que se vive desperto. No Budismo, o sonho é apenas uma de seis dimensões da existência da mesma mente que é, ela própria, manifestação da Natureza da Mente — de *Poromham*. Tudo é manifestação e criação. No entanto, quando realizamos exercícios metodológicos para experimentar as formulações e as hipóteses do D’Eco — como o jogo-ferramenta de criação de cenários futuros, em teste e atualizações desde 2020 —, percebemos uma dificuldade expressiva dos participantes da ação em conseguirem se “descolar” da realidade atual e da visão euro-antropocêntrica.

Há uma aproximação muito benéfica, nesse sentido, entre o D’Eco, o Design Especulativo, as artes e a ficção científica. Ou seja, o D’Eco se aproxima das maneiras de brincarmos com a nossa capacidade de imaginar novas realidades. Temos observado, nos últimos anos, uma crescente produção de conteúdos que abordam temas como Afrofuturismo, Amazofuturismo e Cyberagreste, entre outras propostas que criam visões de futuro a partir do resgate de ancestralidades e de culturas e modos de ser locais (não hegemônicos). Escobar (2018), com quem nosso estudo encontra grande afinidade, recomenda que o Design pense na direção de um feminismo ecológico, de uma política ecológica, de uma transição, em suma, na linha de um design para um Pluriverso, isto é, o universo da heterogeneidade e da pluralidade. Assim sendo, podemos exercitar nossa imaginação com arte; com a exploração do desconhecido que vive além das paredes de subjetividades viciadas; com a curiosidade das crianças; com um caderno para anotar os sonhos pela manhã, no ritual do despertar. Como podemos sonhar mais?

6 Considerações finais

Fizemos, neste ensaio, um brevíssimo panorama de componentes da subjetividade euro-antropocêntrica com o intuito de buscar insumos para sua desconstrução. Entendemos que visões de mundo criam mundos, como explicam Tarnas (2007) e Haraway (2016), e que, por esse motivo, se quisermos criar um mundo diferente deste que está hoje colapsando, precisamos de perspectivas outras. O tema da descolonização — ou decolonialidade — tem crescido em relevância nos últimos tempos, por apresentar-se como uma alternativa

viável a essa mentalidade que prega a dominação da natureza (da mulher e do “primitivo”) pelo homem. Sem, de modo algum, exaurirmos as possibilidades de estudos decoloniais, conseguimos já encontrar alguns indicativos importantes que servem para pensarmos em um Design Ecosistêmico. Isto é, em uma prática projetual voltada para a regeneração e criação de futuros plurais, diversos, inclusivos e sistêmicos.

Os principais achados da pesquisa bibliográfica podem ser vistos em termos comparativos, entre o que chamamos de subjetividade euro-antropocêntrica e subjetividade indo-americana. À dicotomia Homem-Natureza, contrapomos a perspectiva não dualista e interdependente ameríndia, que enxerga subjetividade em toda vida. À supremacia da razão e da lógica para apreender, explicar e criar o mundo, identificamos as muitas formas de acessar o conhecimento — quer seja por técnicas xamânicas, pela observação cuidadosa da natureza-sujeito ou pelo sonho — pertencentes à cultura dos povos originários do Sul Global. A partir disso, propomos a regeneração como um processo que, primeiro, enfrenta a violência que nos constituiu como sujeitos de dupla consciência, ou seja, que rejeita o apagamento de nosso passado pela assimilação colonizadora. E que, em segundo lugar, busca na perspectiva “primitiva”, na visão ancestral, formas “revivificadas” de estarmos em Gaia, de projetarmos para nós e para os demais seres que dividem conosco a existência, rumo a futuros plurais.

Agradecimentos

Ao Programa PROSUP da CAPES, pela bolsa de pesquisa da MSc. Coral Michelin, sob orientação da Dra. Priscila A. Arantes e coorientação do Dr. Caio A. Vassão.

Referências

CAPRA, F. **O tao da física**: uma análise dos paralelos entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental. 2ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

CAPRA, F.; LUISI, P. L. **A visão sistêmica da vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Editora Cultrix, 2014.

COCCIA, E. **Metamorfoses**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2020.

CUNHA, A G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DELEUZE, G. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

ESCOBAR, A. **Designs for the Pluriverse**: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds. Durham and London: Duke University Press, 2018.

GONÇALVES, B S. **Nos caminhos da dupla consciência**: América Latina, Psicologia e Descolonização. São Paulo/SP: Ed. do Autor, 2019.

GOODY, J. **O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2012a.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012b.

HARAWAY, D. **Staying with the Trouble**: Making Kin in the Chthulucene. USA: Duke University Press, 2016.

JECUPÉ, K. W. **O trovão e o vento**: um caminho de evolução pelo xamanismo tupi-guarani. São Paulo: Polar Editorial, Instituto Arapoty, 2016.

KAMBEBA, M. W. **Saberes da Floresta**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOPES, R. J. **1499**: o Brasil antes de Cabral. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

LOVELOCK, J. **Gaia**: um novo olhar sobre a vida na Terra. Tradução Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, 1995.

MORIN, E. O **método II**: a vida da vida. 5ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NARBY, J. **A serpente cósmica**: o DNA e a origem do saber. Rio de Janeiro: Dantes, 2018

NICOLELIS, M. **O verdadeiro criador de tudo**: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos. São Paulo: Planeta, 2020.

SANTOS, B. S.; MENEZES, M.P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SHIVA, V. **Staying Alive**: women, ecology and development. USA: North Atlantic Books, 2016.

TARNAS, R. **Cosmos and Psyche**: Intimations of a New World View. United States of America: Plume, 2007.

WAHL, D. C. **Design de culturas regenerativas**. Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2019.

1 O termo "Gaia" aqui é usado em referência à Teoria de Gaia de Lovelock (1995), que postula pelo organismo planetário autorregulador responsável pelas condições de vida do planeta.

2 A simbologia (setas para direita e para esquerda em sentido anti-horário) é utilizada para representar a recursividade n'O Método de Morin.

3 Significa "Terra madura", "Terra viva" ou "Terra em florescimento" na língua nativa do povo indo-americano Kuna e é, para eles, sinônimo de América, em um esforço de identificar sua terra sem o nome de seu usurpador (GONÇALVES, 2019, p. 39).

4 "Terra das palmeiras", em tupi-guarani. Nome do Brasil antes da colonização — antes de ser nomeado por algo que os conquistadores roubaram dessas terras e transformaram em mercadoria, o Pau-Brasil.